

FERDINAND DE SAUSSURE

CURSO DE
LINGÜÍSTICA GERAL

Organizado por

CHARLES BALLY e ALBERT SECHENAYE

com a colaboração de

ALBERT RIEDLINGER

Prefácio à edição brasileira:

ISAAC NICOLAU SALUM

(da Universidade de S. Paulo)



EDITORA CULTRIX
SÃO PAULO

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO I

VISÃO GERAL DA HISTÓRIA DA LINGÜÍSTICA

A ciência que se constituiu em torno dos fatos da língua passou por três fases sucessivas antes de reconhecer qual é o seu verdadeiro e único objeto.

Começou-se por fazer o que se chamava de "Gramática". Esse estudo, inaugurado pelos gregos, e continuado principalmente pelos franceses, é baseado na lógica e está desprovido de qualquer visão científica e desinteressada da própria língua; visa unicamente a formular regras para distinguir as formas corretas das incorretas; é uma disciplina normativa, muito afastada da pura observação e cujo ponto de vista é forçosamente estreito.

A seguir, apareceu a Filologia. Já em Alexandria havia uma escola "filológica", mas esse termo se vinculou sobretudo ao movimento criado por Friedrich August Wolf a partir de 1777 e que prossegue até nossos dias. A língua não é o único objeto da Filologia, que quer, antes de tudo, fixar, interpretar, comentar os textos; éste primeiro estudo a leva a se ocupar também da história literária, dos costumes, das instituições, etc.; em toda parte ela usa seu método próprio, que é a crítica. Se aborda questões lingüísticas, fá-lo sobretudo para comparar textos de diferentes épocas, determinar a língua peculiar de cada autor, decifrar e explicar inscrições redigidas numa língua ar-

caixa ou obscura. Sem dúvida, essas pesquisas prepararam a Linguística histórica: os trabalhos de Ritschl acerta de Plauto podem ser chamados lingüísticos; mas nesse domínio a crítica filológica é falha num particular: apega-se muito servilmente à lingua escrita e esquece a lingua falada; aliás, a Antiguidade grega e latina a absorve quase completamente.

O terceiro periodo começou quando se descobriu que as linguas podiam ser comparadas entre si. Tal foi a origem da Filologia comparativa ou da "Gramática comparada". Em 1816, numa obra intitulada *Sistema da Conjugação do Sânscrito*, Franz Bopp estudou as relações que unem o sânscrito ao germânico, ao grego, ao latim, etc. Bopp não era o primeiro a assinalar tais afinidades e a admitir que todas essas linguas pertencem a uma única familia; isso tinha sido feito antes d'êlo, notadamente pelo orientalista inglês W. Jones († 1794); algumas afirmações isoladas, porém, não provam que em 1816 já houvessem sido compreendidas, de modo geral, a significação e a importância dessa verdade. Bopp não tem, pois, o mérito da descoberta de que o sânscrito é parente de certos idiomas da Europa e da Ásia, mas foi êle quem compreendeu que as relações entre linguas afins podiam tornar-se matéria duma ciência autônoma. Esclarecer uma lingua por meio de outra, explicar as formas duma pelas formas de outra, eis o que não fôra ainda feito.

É de duvidar que Bopp tivesse podido criar sua ciência — pelo menos tão depressa — sem a descoberta do sânscrito. Este, como terceiro testemunho ao lado do grego e do latim, forneceu-lhe uma base de estudo mais larga e mais sólida; tal vantagem foi acrescida pelo fato de que, por um feliz e inesperado acaso, o sânscrito está em condições excepcionalmente favoráveis de aclarar semelhante comparação.

Eis um exemplo: considerando-se o paradigma do latim *genus* (*genus, generis, genere, genera, generum*, etc.) e o do grego *génos* (*génos, géneos, génêi, génes, genéon*, etc.) estas séries não dizem nada quando tomadas isoladamente ou comparadas entre si. Mas a situação muda quando se lhe aproxima a série correspondente do sânscrito (*ganas, ganasa, ganani, ganasu, ganasam*, etc.). Basta uma rápida observação para perceber a relação existente entre os paradigmas grego e latino. Admitindo-se provisoriamente que *ganas* represente a

forma primitiva, pois isso ajuda a explicação, conclui-se que um *s* deve ter desaparecido nas formas gregas *géné(s)os*, etc., cada vez que êle se achasse colocado entre duas vogais. Conclui-se logo daí que, nas memas condições, o *s* se transformou em *r* em latim. Depois, do ponto de vista gramatical, o paradigma sânscrito dá precisão à noção de radical, visto corresponder êsse elemento a uma unidade (*ganas-*) perfeitamente determinável e fixa. Somente em suas origens conheceram o grego e latim o estado representado pelo sânscrito. É, então, pela conservação de todos os *s* indo-europeus que o sânscrito se torna, no caso, instrutivo. Não há dúvida que, em outras partes, êle guardou menos bem os caracteres do protótipo: assim, transformou completamente o sistema vocálico. Mas, de modo geral, os elementos originários conservados por êle ajudam a pesquisa de maneira admirável — e o acaso o tornou uma lingua muito própria para esclarecer as outras num sem-número de casos.

Desde o início vê-se surgirem, ao lado de Bopp, lingüistas eminentes: Jacob Grimm, o fundador dos estudos germânicos (sua *Gramática Alemã* foi publicada de 1822 a 1836); Pot, cujas pesquisas etimológicas colocaram uma quantidade considerável de materiais ao dispor dos lingüistas; Kuhn, cujos trabalhos se ocuparam, ao mesmo tempo, da Linguística e da Mitologia comparada; os indianistas Benfey e Aufrecht, etc.

Por fim, entre os últimos representantes dessa escola, merecem citação particular Max Müller, G. Curtius e August Schleicher. Os três, de modos diferentes, fizeram muito pelos estudos comparativos. Max Müller os popularizou com suas brilhantes conferências (*Liçãoes Sôbre a Ciência da Linguagem*, 1816, em inglês); não peçou, porém, por excesso de consciência. Curtius, filólogo notável, conhecido sobretudo por seus *Princípios de Etimologia Grega* (1879), foi um dos primeiros a reconciliar a Gramática comparada com a Filologia clássica. Esta acompanhara com desconfiança os progressos da nova ciência e tal desconfiança se tinha tornado recíproca. Schleicher, enfim, foi o primeiro a tentar codificar os resultados das pesquisas parciais. Seu *Breviário de Gramática Comparada das Linguas Indo-Germânicas* (1816) é uma espécie de sistematização da ciência fundada por Bopp. Esse livro, que durante longo tempo prestou grandes serviços, evoca melhor

que qualquer outro a fisionomia dessa escola comparatista que constitui o primeiro periodo da Linguística indo-europeia.

Tal escola, porém, que teve o mérito incontestável de abrir um campo novo e fecundo, não chegou a constituir a verdadeira ciência da Linguística. Jamais se preocupou em determinar a natureza do seu objeto de estudo. Ora, sem essa operação elementar, uma ciência é incapaz de estabelecer um método para si própria.

O primeiro erro, que contém em germe todos os outros, é que nas investigações, limitadas aliás às línguas indo-europeias, a Gramática comparada jamais se perguntou a que levavam as comparações que fazia, que significavam as analogias que descobria. Foi exclusivamente comparativa, em vez de histórica. Sem dúvida, a comparação constitui condição necessária de toda reconstrução histórica. Mas por si só não permite concluir nada. A conclusão escapava tanto mais a êsses comparatistas quanto consideravam o desenvolvimento de duas línguas como um naturalista o crescimento de dois vegetais, Schleicher, por exemplo, que nos convida sempre a partir do indo-europeu, que parece portanto ser, num certo sentido, deveras historiador, não hesita em dizer que em grego *ε* e *ο* são dois "graus" (*Stufen*) do vocalismo. É que o sânscrito apresenta um sistema de alternâncias vocálicas que sugere essa idéa de graus. Supondo, pois, que tais graus devessem ser vencida separada e paralelamente em cada língua, como vegetais da mesma espécie passam, independentemente uns dos outros, pelas mesmas fases de desenvolvimento, Schleicher via no grego um grau reforçado do *e* como via no *ā* sânscrito um reforço de *ā*. De fato, trata-se de uma alternância indo-europeia, que se reflete de modo diferente em grego e em sânscrito, sem que haja nisso qualquer igualdade necessária entre os efeitos gramaticais que ela desenvolve numa e noutra língua (ver p. 189 ss.).

Esse método exclusivamente comparativo acarreta todo um conjunto de conceitos errôneos, que não correspondem a nada na realidade e que são estranhos às verdadeiras condições de toda linguagem. Considerava-se a língua como uma esfera à parte, um quarto reino da Natureza; daí certos modos de raciocinar que teriam causado espanto em outra ciência.

Hoje não se podem mais ler oito ou dez linhas dessa época sem se ficar surpreendido pelas excentricidades do pensamento e dos termos empregados para justificá-las.

Do ponto de vista metodológico, porém, há certo interesse em conhecer êsses erros: os erros duma ciência que principia constituem a imagem ampliada daqueles que cometem os indivíduos empenhados nas primeiras pesquisas científicas; teremos ocasião de assinalar vários deles no decorrer de nossa exposição.

Sòmente em 1870 aproximadamente foi que se indagou quais seriam as condições de vida das línguas. Percebeu-se então que as correspondências que as unem não passam de um dos aspectos do fenômeno linguístico, que a comparação não é senão um meio, um método para reconstruir os fatos.

A Linguística propriamente dita, que deu à comparação o lugar que exatamente lhe cabe, nasceu do estudo das línguas românicas e das línguas germânicas. Os estudos românicos, inaugurados por Diez — sua *Gramática das Línguas Românicas* data de 1836-1838 —, contribuíram particularmente para aproximar a Linguística do seu verdadeiro objeto. Os românicos se achavam em condições privilegiadas, desconhecidas dos indo-europeístas; conhecia-se o latim, protótipo das línguas românicas; além disso, a abundância de documentos permitia acompanhar pormenorizadamente a evolução dos idiomas. Essas duas circunstâncias limitavam o campo das conjecturas e davam a toda a pesquisa uma fisionomia particularmente concreta. Os germanistas se achavam em situação idêntica; sem dúvida, o protogermânico não é conhecido diretamente, mas a história das línguas que dele derivam pode ser acompanhada com a ajuda de numerosos documentos, através de uma longa seqüência de séculos. Também os germanistas, mais próximos da realidade, chegaram a concepções diferentes das dos primeiros indo-europeístas.

Um primeiro impulso foi dado pelo norte-americano Whitney, autor de *A Vida da Linguagem* (1875). Logo após se formou uma nova escola, a dos neogramáticos (Junggrammather) cujos fundadores eram todos alemães: K. Brugmann, H. Osthoff, os germanistas W. Braune, E. Sievers, H. Paul, o eslavista Leskien etc. Seu mérito consistiu em colocar em perspectiva histórica todos os resultados da comparação e por ela

encadear os fatos em sua ordem natural. Graças aos neogramáticos, não se viu mais na língua um organismo que se desenvolve por si, mas um produto do espírito coletivo dos grupos lingüísticos. Ao mesmo tempo, compreende-se quão errôneas e insuficientes eram as idéias da Filologia e da Gramática comparada.¹ Entretanto, por grandes que sejam os serviços prestados por essa escola, não se pode dizer que tenha esclarecido a totalidade da questão, e, ainda hoje, os problemas fundamentais da Lingüística Geral aguardam uma solução.

CAPÍTULO II

MATÉRIA E TAREFA DA LINGÜÍSTICA; SUAS RELAÇÕES COM AS CIÊNCIAS CONEXAS

A matéria da Lingüística é constituída inicialmente por tódas as manifestações da linguagem humana, quer ser trate de povos selvagens ou de nações civilizadas, de épocas arcaicas, clássicas ou de decadência, considerando-se em cada período não só a linguagem correta e a "bela linguagem", mas tódas as formas de expressão. Isso não é tudo: como a linguagem escapa as mais das vezes à observação, o lingüista deverá ter em conta os textos escritos, pois somente eles lhe farão conhecer os idiomas passados ou distantes.

A tarefa da Lingüística será:

- a) fazer a descrição e a história de tódas as línguas que puder abranger, o que quer dizer: fazer a história das famílias de línguas e reconstruir, na medida do possível, as línguas-mães de cada família;
- b) procurar as forças que estão em jôgo, de modo permanente e universal, em tódas as línguas e deduzir as leis gerais às quais se possam referir todos os fenômenos peculiares da história;
- c) delimitar-se e definir-se a si própria.

A Lingüística tem relações bastante estreitas com outras ciências, que tanto lhe tomam emprestados como lhe fornecem dados. Os limites que a separam das outras ciências não aparecem sempre nitidamente. Por exemplo, a Lingüística deve

(1) A nova escola, cingindo-se mais à realidade, fez guerra à terminologia dos comparatistas e notadamente às metáforas lógicas de que se servia. Desde então, não mais se ousa dizer: "a língua faz isto ou aquilo" e não existe senão nos que a falam. Não seria, portanto, necessário ir muito longe e basta entender-se. Existem certas imagens das quais não se pode prescindir. Exigir que se usem apenas termos correspondentes à realidade da linguagem é pretender que essas realidades não têm nada de obscuro para nós. Falta muito, porém, para isso; também não hesitaremos em empregar, quando se oferecer a ocasião, algumas das expressões que foram reprovadas na época.

ser cuidadosamente distinguida da Etnografia e da Pré-História, onde a língua não intervem senão a título de documento; distingue-se também da Antropologia, que estuda o homem somente do ponto de vista da espécie, enquanto a linguagem é um fato social. Dever-se-ia, então, incorporar-la à Sociologia? Que relações existem entre a Linguística e a Psicologia social? Na realidade, tudo é psicológico na língua, inclusive suas manifestações materiais e mecânicas, como a troca de sons; e já que a Linguística fornece à Psicologia social tão preciosos dados, não faria um todo com ela? São questões que apenas mencionamos aqui para retomá-las mais adiante.

As relações da Linguística com a Fisiologia não são tão difíceis de discernir: a relação é unilateral, no sentido de que o estudo das línguas pede esclarecimentos à Fisiologia dos sons, mas não lhe fornece nenhum. Em todo caso, a confusão entre as duas disciplinas se torna impossível: o essencial da língua, como veremos, é estranho ao caráter fônico do signo linguístico.

Quanto à Filologia, já nos definimos: ela se distingue nitidamente da Linguística, malgrado os pontos de contato das duas ciências e os serviços mútuos que se prestam.

Qual é, enfim, a utilidade da Linguística? Bem poucas pessoas têm a respeito idéias claras: não cabe fixá-las aqui. Mas é evidente, por exemplo, que as questões linguísticas interessam a todos — historiadores, filólogos etc. — que tenham de manejar textos. Mais evidente ainda é a sua importância para a cultura geral: na vida dos indivíduos e das sociedades, a língua constitui fator mais importante que qualquer outro. Seria inadmissível que seu estudo se tornasse exclusivo de alguns especialistas; de fato, toda a gente dela se ocupa pouco ou muito; mas — consequência paradoxal do interesse que suscita — não há domínio onde tenha germinado idéias tão absurdas, preconceitos, miragens, ficções. Do ponto de vista psicológico, êsses erros não são desprezíveis; a tarefa do linguista, porém, é, antes de tudo, denunciá-los e dissipá-los tão completamente quanto possível.

CAPÍTULO III

OBJETO DA LINGÜÍSTICA

§ 1. A LÍNGUA: SUA DEFINIÇÃO.

Qual é o objeto, ao mesmo tempo integral e concreto, da Linguística? A questão é particularmente difícil: veremos mais tarde por quê. Limitemo-nos, aqui, a esclarecer a dificuldade.

Outras ciências trabalham com objetos dados previamente e que se podem considerar, em seguida, de vários pontos de vista; em nosso campo, nada de semelhante ocorre. Alguém pronuncia a palavra *nu*: um observador superficial será tentado a ver nela um objeto linguístico concreto; um exame mais atento, porém, nos levará a encontrar no caso, uma após outra, três ou quatro coisas perfeitamente diferentes, conforme a maneira pela qual consideramos a palavra: como som, como expressão duma idéia, como correspondente ao latim *nūdum* etc. Bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto; aliás, nada nos diz de antemão que uma dessas maneiras de considerar o fato em questão seja anterior ou superior às outras.

Além disso, seja qual for a que se adote, o fenômeno linguístico apresenta perpetuamente duas faces que se correspondem e das quais uma não vale senão pela outra. Por exemplo:

1.º As sílabas que se articulam são impressões acústicas percebidas pelo ouvido, mas os sons não existiriam sem os órgãos vocais; assim, um *n* existe somente pela correspondência desses dois aspectos. Não se pode reduzir então a língua ao }

som, nem separar o som da articulação vocal; reciprocamente, não se podem definir os movimentos dos órgãos vocais se se fizer abstração da impressão acústica (ver p. 49 ss.).

2.º Mas admitamos que o som seja uma coisa simples: é ele quem faz a linguagem? Não, não passa de instrumento do pensamento e não existe por si mesmo. Surge daí uma nova e temível correspondência: o som, unidade complexa acústico-vocal, forma por sua vez, com a idéia, uma unidade complexa, fisiológica e mental. E ainda mais:

3.º A linguagem tem um lado individual e um lado social, sendo impossível conceber um sem o outro. Finalmente:

4.º A cada instante, a linguagem implica ao mesmo tempo um sistema estabelecido e uma evolução: a cada instante, ela é uma instituição atual e um produto do passado. Parece fácil, à primeira vista, distinguir entre esses sistemas e sua história, entre aquilo que é e o que foi; na realidade, a relação que une ambas as coisas é tão íntima que se faz difícil separá-las. Seria a questão mais simples se se considerasse o fenómeno linguístico em suas origens; se, por exemplo, começássemos por estudar a linguagem das crianças? Não, pois é uma idéia bastante falsa crer que em matéria de linguagem o problema das origens difira do das condições permanentes; não se sairá mais do círculo vicioso, então.

Dessarte, qualquer que seja o lado por que se aborda a questão, em nenhuma parte se nos oferece integral o objeto da Linguística. Sempre encontramos o dilema: ou nos aplicamos a um lado apenas de cada problema e nos arriscamos a não perceber as dualidades assinaladas acima, ou, se estudarmos a linguagem sob vários aspectos ao mesmo tempo, o objeto da Linguística nos aparecerá como um aglomerado confuso de coisas heteróclitas, sem liame entre si. Quando se procede assim, abre-se a porta a várias ciências — Psicologia, Antropologia, Gramática normativa, Filologia etc. —, que separamos claramente da Linguística, mas que, por culpa de um método incorreto, poderiam reivindicar a linguagem como um de seus objetos.

Há, segundo nos parece, uma solução para todas essas dificuldades: é necessário colocar-se primeiramente no terreno da língua e tomá-la como norma de todas as outras manifestações

ções da linguagem. De fato, entre tantas dualidades, somente a língua parece suscetível duma definição autônoma e fornece um ponto de apoio satisfatório para o espírito.

Mas o que é a língua? Para nós, ela não se confunde com a linguagem; é somente uma parte determinada, essencial dela, indubitavelmente. É, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos. Tomada em seu todo, a linguagem é multiforme e heteróclita; a cavaleiro de diferentes domínios, ao mesmo tempo física, fisiológica e psíquica, ela pertence além disso ao domínio individual e ao domínio social; não se deixa classificar em nenhuma categoria de fatos humanos, pois não se sabe como inferir sua unidade.

A língua, ao contrário, é um todo por si e um princípio de classificação. Desde que lhe demos o primeiro lugar entre os fatos da linguagem, introduzimos uma ordem natural num conjunto que não se presta a nenhuma outra classificação.

A esse princípio de classificação poder-se-ia objectar que o exercício da linguagem repousa numa faculdade que nos é dada pela Natureza, ao passo que a língua constitui algo adquirido e convencional, que deveria subordinar-se ao instinto natural em vez de adiantar-se a ele.

Eis o que pode se responder.

Inicialmente, não está provado que a função da linguagem, tal como ela se manifesta quando falamos, seja inteiramente natural, isto é: que nosso aparelho vocal tenha sido feito para falar, assim como nossas pernas para andar. Os linguistas estão longe de concordar nesse ponto. Assim, para Whitney, que considera a língua uma instituição social da mesma espécie que todas as outras, é por acaso e por simples razões de comodidade que nos servimos do aparelho vocal como instrumento da língua; os homens poderiam também ter escolhido o gesto e empregar imagens visuais em lugar de imagens acústicas. Sem dúvida, esta tese é demasiado absoluta; a língua não é uma instituição social semelhante às outras em todos os pontos (ver pp. 88 e 90); além disso, Whitney vai longe demais quando diz que nossa escolha recaiu por acaso nos órgãos

vocais; de certo modo, já nos haviam sido impostas pela Natureza. No ponto essencial, porém, o linguista norte-americano nos parece ter razão: a língua é uma convenção e a natureza do signo convencional é indiferente. A questão do aparelho vocal se revela, pois, secundária no problema da linguagem.

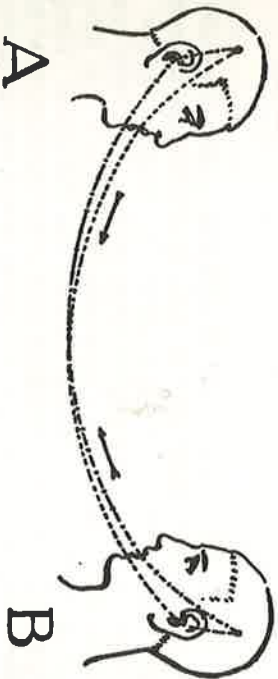
Certa definição do que se chama de *linguagem articulada* poderia confirmar esta idéia. Em latim, *articulus* significa "membro, parte, subdivisão numa série de coisas"; em matéria de linguagem, a articulação pode designar não só a divisão da cadeia falada em sílabas, como a subdivisão da cadeia de significações em unidades significativas; é neste sentido que se diz em alemão *gegliederte Sprache*. Apegando-se a esta segunda definição, poder-se-ia dizer que não é a linguagem que é natural ao homem, mas a faculdade de constituir uma língua, vale dizer: um sistema de signos distintos correspondentes a idéias distintas.

Broca descobriu que a faculdade de falar se localiza na terceira circunvolução frontal esquerda; também nisso se apoiam alguns para atribuir à linguagem um caráter natural. Mas sabe-se que essa localização foi comprovada por tudo quanto se relaciona com a linguagem, inclusive a escrita, e essas verificações, unidas às observações feitas sobre as diversas formas de afasia por lesão desses centros de localização, parecem indicar: 1.º, que as perturbações diversas da linguagem oral estão encadeadas de muitos modos às da linguagem escrita; 2.º, que, em todos os casos de afasia ou de agrafia, é atingida menos a faculdade de proferir êstes ou aqueles sons ou de traçar êstes ou aqueles signos que a de evocar por um instrumento, seja qual fôr, os signos duma linguagem regular. Tudo isso nos leva a crer que, acima desses diversos órgãos, existe uma faculdade mais geral, a que comanda os signos e que seria a faculdade linguística por excelência. E somos assim conduzidos à mesma conclusão de antes.

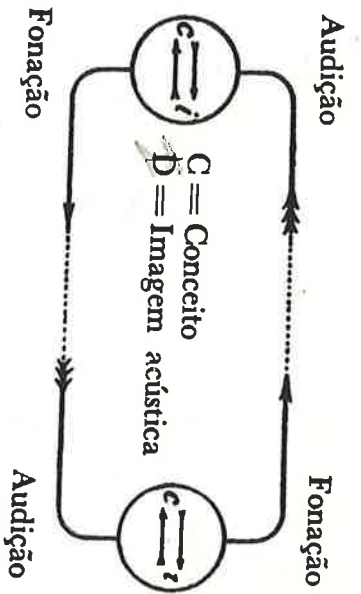
Para atribuir à língua o primeiro lugar no estudo da linguagem, pode-se, enfim, fazer valer o argumento de que a faculdade — natural ou não — de articular palavras não se exerce senão com ajuda de instrumento criado e fornecido pela coletividade; não é, então, ilusório dizer que é a língua que faz a unidade da linguagem.

§ 2. LUGAR DA LÍNGUA NOS FATOS DA LINGUAGEM.

Para achar, no conjunto da linguagem, a esfera que corresponde à língua, necessário se faz collocarmos-nos diante do ato individual que permite reconstituir o circuito da fala. Este ato supõe pelo menos dois indivíduos; é o mínimo exigível para que o circuito seja completo. Suponhamos, então, duas pessoas, A e B, que conversam.



O ponto de partida do circuito se situa no cérebro de uma delas, por exemplo A, onde os fatos de consciência, a que chamaremos conceitos, se acham associados às representações dos signos linguísticos ou imagens acústicas que servem para exprimi-los. Suponhamos que um dado conceito suscite no cérebro uma imagem acústica correspondente: é um fenômeno inteiramente *psíquico*, seguido, por sua vez, de um processo *fisiológico*: o cérebro transmite aos órgãos da fonação um impulso corretivo da imagem; depois, as ondas sonoras se propagam da boca de A até o ouvido de B: processo puramente *físico*. Em seguida, o circuito se prolonga em B numa ordem inversa: do ouvido ao cérebro, transmissão fisiológica da imagem acústica; no cérebro, associação psíquica dessa imagem com o conceito correspondente. Se B, por sua vez, fala, êsse nôvo ato seguirá — de seu cérebro ao de A — exatamente o mesmo curso do primeiro e passará pelas mesmas fases sucessivas, que representaremos como segue:



Esta análise não pretende ser completa; poder-se-iam distinguir ainda: a sensação acústica pura, a identificação desta sensação com a imagem acústica latente, a imagem muscular da fonação etc. Não levamos em conta senão os elementos julgados essenciais; mas nossa figura permite distinguir sem dificuldade as partes físicas (ondas sonoras) das fisiológicas (fonação e audição) e psíquicas (imagens verbais e conceitos). De fato, é fundamental observar que a imagem verbal não se confunde com o próprio som e que é psíquica, do mesmo modo que o conceito que lhe está associado.

O circuito, tal como o representamos, pode dividir-se ainda:

- a) numa parte exterior (vibração dos sons indo da boca ao ouvido) e uma parte interior, que compreende todo o resto;
- b) uma parte psíquica e outra não-psíquica, incluindo a segunda também os fatos fisiológicos, dos quais as órgãos são a sede, e os fatos físicos exteriores ao indivíduo;
- c) numa parte ativa e outra passiva; é ativo tudo o que vai do centro de associação dum indivíduo a outras pessoas ao ouvido da outra, e passivo tudo que vai do ouvido desta ao seu centro de associação;

finalmente, na parte psíquica localizada no cérebro, pode-se chamar executivo tudo o que é ativo ($c \rightarrow i$) e receptivo tudo o que é passivo ($i \rightarrow c$).

Cumprir acrescentar uma faculdade de associação e de ordenação que se manifesta desde que não se trate mais de signos isolados; é essa faculdade que desempenha o principal papel na organização da língua enquanto sistema (ver p. 142 ss.).

Para bem compreender tal papel, no entanto, impõe-se sair do ato individual, que não é senão o embrião da linguagem, e abordar o fato social.

Entre todos os indivíduos assim unidos pela linguagem, estabelecer-se-á uma espécie de meio-térmo; todos reproduzirão — não exatamente, sem divida, mas aproximadamente — os mesmos signos unidos aos mesmos conceitos.

Qual a origem dessa cristalização social? Qual das partes do circuito pode estar em causa? Pois é bem provável que todos não tomem parte nela de igual modo.

A parte física pode ser posta de lado desde logo. Quando ouvimos falar uma língua que desconhecemos, percebemos bem os sons, mas devido à nossa incompreensão, ficamos alheios ao fato social.

A parte psíquica não entra tampouco totalmente em jogo: o lado executivo fica de fora, pois a sua execução jamais é feita pela massa; é sempre individual e dela o indivíduo é sempre senhor; nós a chamaremos fala (parole).

Pelo funcionamento das faculdades receptiva e coordenativa, nos indivíduos falantes, é que se formam as marcas que chegam a ser sensivelmente as mesmas em todos. De que maneira se deve representar esse produto social para que a língua apareça perfeitamente desequilibrada do restante? Se pudéssemos abarcar a totalidade das imagens verbais armazenadas em todos os indivíduos, atingiríamos o liame social que constitui a língua. Trata-se de um tesouro depositado pela prática da fala em todos os indivíduos pertencentes à mesma comunidade, um sistema gramatical que existe virtualmente em cada cérebro ou, mais exatamente, nos cérebros dum conjunto de indivíduos, pois a língua não está completa em nenhum, e só na massa ela existe de modo completo.

Com o separar a língua da fala, separa-se ao mesmo tempo: 1.º, o que é social do que é individual; 2.º, o que é essencial do que é acessório e mais ou menos accidental.

A língua não constitui, pois, uma função do falante: é o produto que o indivíduo registra passivamente; não supõe jamais premeditação, e a reflexão nela intervém somente para a atividade de classificação, da qual trataremos na p. 142 ss.

A fala é, ao contrário, um ato individual de vontade e inteligência, no qual convém distinguir: 1.º, as combinações pelas quais o falante realiza o código da língua no propósito de exprimir seu pensamento pessoal; 2.º, o mecanismo psicofísico que lhe permite exteriorizar essas combinações.

Cumprir notar que definimos as coisas e não os termos; as distinções estabelecidas nada têm a recer, portanto, de certos termos ambíguos, que não têm correspondência entre duas línguas. Assim, em alemão, *Sprache* quer dizer "língua" e "língua"; *Rede* corresponde aproximadamente a "palavra", mas acrescentando-lhe o sentido especial de "discurso". Em latim, *sermo* significa antes "língua" e "fala", enquanto *lingua* significa a língua, e assim por diante. Nenhum termo corresponde exatamente a uma das noções fixadas acima; eis porque toda definição a propósito de um termo é vã; é um mau método partir dos termos para definir as coisas.

Recapitulemos os caracteres da língua:

1.º Ela é um objeto bem definido no conjunto heteroclítico dos fatos da linguagem. Pode-se localizá-la na porção determinada do circuito em que uma imagem auditiva vem associar-se a um conceito. Ela é a parte social da linguagem, exterior ao indivíduo, que, por si só, não pode nem criá-la nem modificá-la; ela não existe senão em virtude dumha espécie de contrato estabelecido entre os membros da comunidade. Por outro lado, o indivíduo tem necessidade de uma aprendizagem para conhecer-lhe o funcionamento; somente pouco a pouco a criança a assimila. A língua é uma coisa de tal modo distinta que um homem privado do uso da fala conserva a língua, contanto que compreenda os signos vocais que ouve.

2.º A língua, distinta da fala, é um objeto que se pode estudar separadamente. Não falamos mais as línguas mortas,

mas podemos muito bem assimilar-lhes o organismo linguístico. Não só pode a ciência da língua prescindir de outros elementos da linguagem como só se torna possível quando tais elementos não estão misturados.

3.º Enquanto a linguagem é heterogênea, a língua assim delimitada é de natureza homogênea: constitui-se num sistema de signos onde, de essencial, só existe a união do sentido e da imagem acústica, e onde as duas partes do signo são igualmente psíquicas.

4.º A língua, não menos que a fala, é um objeto de natureza concreta, o que oferece grande vantagem para o seu estudo. Os signos linguísticos, embora sendo essencialmente psíquicos, não são abstrações; as associações, ratificadas pelo sentimento coletivo e cujo conjunto constitui a língua, são realidades que têm sua sede no cérebro. Além disso, os signos da língua são, por assim dizer, tangíveis; a escrita pode fixá-los em imagens convencionais, ao passo que seria impossível fotografá-los em todos os seus pormenores os atos da fala; a fonogênese, uma palavra, por pequena que seja, representa uma infinidade de movimentos musculares extremamente difíceis de distinguir e representar. Na língua, ao contrário, não existe senão a imagem acústica e esta pode traduzir-se numa imagem visual constante. Pois se se faz abstração dessa infinidade de movimentos necessários para realizá-la na fala, cada imagem acústica não passa, conforme logo veremos, da soma dum número limitado de elementos ou fonemas, suscetíveis, por sua vez, de serem evocados por um número correspondente de signos na escrita. É esta possibilidade de fixar as coisas relativas à língua que faz com que um dicionário e uma gramática possam representá-la fielmente, sendo ela o depósito das imagens acústicas, e a escrita a forma tangível dessas imagens.

§ 3. LUGAR DA LÍNGUA NOS FATOS HUMANOS. A SEMIOLÓGIA.

Essas características nos levam a descobrir uma outra mais importante. A língua, assim delimitada no conjunto dos fatos de linguagem, é classificável entre os fatos humanos, enquanto que a linguagem não o é.

Acabamos de ver que a língua constitui uma instituição social, mas ela se distingue por vários traços das outras instituições políticas, jurídicas etc. Para compreender sua natureza peculiar, cumpre fazer intervir uma nova ordem de fatos.

A língua é um sistema de signos que exprimem idéias, e é comparável, por isso, à escrita, ao alfabeto dos surdos-mudos, aos ritos simbólicos, às formas de polidez, aos sinais militares etc., etc. Ela é apenas o principal desses sistemas.

Pode-se, então, conceber uma ciência que estude a vida dos signos no seio da vida social; ela constituiria uma parte da Psicologia social e, por conseguinte, da Psicologia geral; chamá-la-emos de *Semiologia*¹ (do grego *semeion*, "signo"). Ela nos ensinará em que consistem os signos, que leis os regem. Como tal ciência não existe ainda, não se pode dizer o que será; ela tem direito, porém, à existência; seu lugar está determinado de antemão. A Linguística não é senão uma parte dessa ciência geral: as leis que a Semiologia descobrir serão aplicáveis à Linguística e esta se achará desarte vinculada a um domínio bem definido no conjunto dos fatos humanos.

Cabe ao psicólogo determinar o lugar exato da Semiologia²; a tarefa do linguista é definir o que faz da língua um sistema especial no conjunto dos fatos semiológicos. A questão será retomada mais adiante; guardaremos, neste ponto, apenas uma coisa: se, pela primeira vez, pudermos assinalar à Linguística um lugar entre as ciências foi porque a relacionamos com a Semiologia.

Por que não é esta ainda reconhecida como ciência autónoma, tendo, como qualquer outra, seu objeto próprio? É que língua para fazer-nos compreender a natureza do problema semiológico; mas para formulá-lo convenientemente, necessário se faz estudar a língua em si; ora, até agora a língua sempre

(1) Deve-se cuidar de não confundir a *Semiologia* com a *Semântica*, que estuda as alterações de significado e da qual F. de S. não fez uma exposição metódica; achar-se-á, porém, o princípio fundamental formulado na p. 89 (O.F.G.).

(2) Cf. AD. NAVILLE, *Classification des sciences*, 2.º ed., p. 104.

foi abordada em função de outra coisa, sob outros pontos de vista.

Há, inicialmente, a concepção superficial do grande público: êle vê na língua somente uma nomenclatura (ver p. 79), o que suprime toda pesquisa acêrca de sua verdadeira natureza.

A seguir, há o ponto de vista do psicólogo, o qual estuda o mecanismo do signo no indivíduo; é o método mais fácil, mas não ultrapassa a execução individual, não atinge o signo, que é social por natureza.

Ou ainda, quando se percebe que o signo deve ser estudado socialmente, reêm-se apenas os caracteres da língua que a vinculam às outras instituições, às que dependem mais ou menos de nossa vontade; dêsse modo, deixa-se de atingir a meta, negligenciando-se as características que pertencem somente aos sistemas semiológicos em geral e à língua em particular. O signo escapa sempre, em certa medida, à vontade individual ou social, estando nisso o seu caráter essencial; é, porém, o que menos aparece à primeira vista.

Por conseguinte, tal caráter só aparece bem na língua; manifesta-se, porém, nas coisas que são menos estudadas e, por outro lado, não se percebe bem a necessidade ou utilidade particular dum a ciência semiológica. Para nós, ao contrário, o problema linguístico é, antes de tudo, semiológico, e todos os nossos desenvolvimentos emprestam significação a este fato importante. Se se quiser descobrir a verdadeira natureza da língua, será mister considerá-la inicialmente no que ela tem de comum com todos os outros sistemas da mesma ordem; e fatores linguísticos que aparecem, à primeira vista, como muito importantes (por exemplo: o funcionamento do aparelho vocal), devem ser considerados de secundária importância quando servem somente para distinguir a língua dos outros sistemas. Com isso, não apenas se esclarecerá o problema linguístico, mas acreditamos que, considerando os ritos, os costumes etc. como signos, êsses fatos aparecerão sob outra luz, e sentir-se-á a necessidade de agrupá-los na Semiologia e de explicá-los pelas leis da ciência.